



DRAFT

----- **Mandato 2017/2021** -----

----- **Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

----- **Ata Número Vinte e Nove** -----

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício, Rui Paulo Figueiredo, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----- Às catorze horas e trinta minutos, o Presidente em exercício deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Período de intervenção aberto ao público (doc 1);-----
- 2. Preparação da reunião plenária de 12.02.2019 (doc 2);-----
- 3. Atualização do Calendário (doc 3);-----
- 4. Debate Temático “Lisboa e os Animais: Os desafios da sociedade atual” (PAN);-----
- 5. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc 4);-----
- 6. Gravação áudio da 28ª Conferência de Representantes – PSD;-----
- 7. Outros assuntos.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** deu início à reunião, referindo que a nota que ali tinha era do Senhor Deputado Municipal Inácio José Faria sobre fazer-se substituir pelo Senhor Deputado Municipal Mário Freitas.-----

----- Referiu que o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes perguntou-lhe se tinha recebido o *email*, pelo que respondeu que tinha sido, provavelmente, o Pedro, ou os serviços que pudessem ter recebido aquele *email*. Não o tinha mas, também, para o caso não era relevante porque registavam na lista de presenças as substituições, e na ata, pelo que era mais uma cortesia prévia a informação das impossibilidades e das substituições do que, propriamente, um requisito formal.-----

----- Disse que o primeiro ponto da agenda era mas, antes disso, iria dizer formalmente, o que a Senhora Segunda-secretária Virgínia Estorninho estava a dizer, e que era a mesma matéria de se ausentar a partir de determinada altura, para representar a Assembleia Municipal no evento do Aniversário da ANAFRE. E quando chegassem à altura, se tivessem que adiar algum ponto, esperava que não, mas também tinha um compromisso pessoal, às 16h00, pelo que dar-lhe-ia jeito terminar aquela reunião às 15h40, sensivelmente.-----

Ponto 1 – Período de intervenção aberto ao público (doc 1);-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** continuou dizendo que não valeria a pena repetir o debate e as várias ideias que tinham sido feitas no Plenário, bem como o documento que tinha sido objeto de debate e de deliberação. No fundo, e cumprindo



aquilo que tinham conversado em Plenário, levar ali aquele assunto à Conferência de Representantes. -----

----- Como muito bem tinha expressado o Partido Comunista Português na sua proposta, e como de um modo, achava, feliz, o Senhor Deputado Municipal José Leitão tinha expressado em Plenário, que os consensos só eram consensos a partir do momento em que todos continuavam de acordo com aquele consenso. A partir do momento em que livremente, também havia uma evolução de opiniões tinham dois caminhos, ou cumpriam exata, ou rigorosamente, o Regimento, embora o próprio PCP pela opinião e pela voz do Senhor Deputado Modesto Navarro tivesse deixado abertura para que, cumprindo tendencialmente o Regimento, pudesse haver uma outra abertura em razão dos trabalhos, e achava que deveriam fazer aquilo, ou um novo consenso. -----

----- Tudo aquilo era simples se fizessem a Conferência de Representantes antes de elaborarem a convocatória. Aquilo que lhe tinha ocorrido, na altura, no debate, era que tomando por bom aquilo que era a proposta que, tendencialmente, cumprirem rigorosamente o Regimento, procurarem fazer uma aproximação que quando programavam ali o calendário das sessões e que, mais ou menos, iam apontando e ajustando o que é que cabia em cada uma das sessões, estariam, igualmente, em condições de ver, mais ou menos, quanto é que duraria a sessão, quais eram os temas e podiam, cumprindo o Regimento, ajustar, naquele caso, o período de intervenção do público. -----

----- Mas estava aberto a outras ideias e a outras sugestões, ou também, estaria aberto a que, se houvessem voluntários e voluntárias que pudessem, articulando em especial com o PCP, que apresentou o tema em Plenário, para haver uma proposta que procurasse um novo consenso. -----

----- Estava aberto a novas ideias sobre aquele assunto, no sentido de cumprir o que estava no Regimento que definia determinados valores, mas que deixava tal discricionariedade depois, no momento da convocatória, era procurarem conversar na programação das sessões. Mas se houvesse outras ideias melhores, que as mesmas avançassem. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que no entendimento do PCP, aquele processo que já decorria do anterior mandato, e por ventura já teriam perdido a atenção e o interesse das pessoas para irem ali inscrever-se, exatamente, pelos sucessivos obstáculos que foram colocados em termos de inscrição. Se era cinco, e cinco já decorria daquele mandato, e já tinha feito um ano em outubro passado, e com os anos anteriores, realmente, aquela prática levava a uma perda de interesse dado os problemas, os obstáculos, as dificuldades. -----

----- Era aquela a preocupação do PCP, pelo que deveriam agir no sentido de recuperar aquele interesse pela intervenção do público, sem que aquele público sentisse a impossibilidade, à partida, das cinco inscrições, do tempo limitado, etc., etc., ou seja, primeiro deveriam trabalhar para que houvesse uma recuperação daquela participação que era altamente positiva para os eleitos, para a cidade, para as aprendizagens porque tal como defendiam em relação aos PAOD's e aos documentos, cada documento que cada



força política elaborava eram elementos que eram levados ao conhecimento de todos, que os informavam e os fortaleciam em relação à questão da cidade. -----

----- Portanto, aquele era um processo que era seguido desde o anterior mandato, em que teve aquele lado negativo de desfazer aquilo que era, de facto, no anterior mandato, a situação de verem ali dez, oito, doze, quinze, até quinze pessoas, uma massa de informação, de questões e de problemas e que era enriquecimento para aquela Assembleia e positivo para a cidade. -----

----- O que o PCP estava a colocar ali, em cima da mesa, e tinham levado algum tempo a fazê-lo, porque esperavam que houvesse da parte da Mesa uma atitude de colocar a questão para que todos pudessem refletir sobre ela. Passou-se a revisão do Regimento, passou-se a data final em relação a uma nova revisão, mais ligeira, com base em documentos que tinham sido entregues pelo PAN e, também, por uma outra força política, mas eram matérias completamente diferentes. Portanto, naquela altura, o que tinham era um Regimento que dizia expressamente que cada Assembleia organizava-se para permitir que a população viesse intervir e viesse participar. -----

----- Tinha organizado daquela maneira e nunca se tinham dado mal. Tinha passado fases mais difíceis e, nomeadamente, em relação à habitação, com uma quantidade imensa de intervenções, quase a totalidade, quinze, sobre os problemas com a habitação. Entendia que as coisas ultrapassavam-se pelo diálogo.-----

----- Afirmou que o princípio do PCP era defender o que estava no Regimento. E aplicar tal qual estava no Regimento. -----

----- Por vezes, havia situações com que se confrontavam, por exemplo, o PAOD, a Informação do Presidente, com um conjunto de propostas que pesavam, efetivamente, e que deveriam ter tempo de discussão. E naquele caso, era possível na Conferência de Representantes olharem para aquele agendamento e verificarem que, efetivamente, poderia haver um acerto. -----

----- Era naquele sentido que ficava explanada a posição do PCP.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** disse que o PS estava aberto a procurar um outro consenso.-----

----- Para além do limite fixado no Regimento, efetivamente, tinha havido um consenso que tinha reduzido, na prática, em muito aquele limite, pelo que estavam disponíveis para conversar com todos os outros partidos, naturalmente, em primeiro lugar, com o PCP no sentido de verem qual seria a forma razoável de trabalhar.-----

----- Referiu que era sensível à questão de alargar a participação do público. -----

----- No modelo atual disse que tinham um problema e, sem tirar mérito às intervenções repetidas das mesmas pessoas, o que sentia era que havia mais do que falta de tempo, era provável que houvesse pessoas que tivessem aquela experiência, mas a repetição das inscrições, por outro lado, dava-lhe a ideia que não haveria só falta de tempo, pensava que o que havia era uma falta de divulgação daquele instrumento, daquela forma de participação, maior, talvez.-----



----- O que o preocupava, independentemente daquela questão era quando pretendiam alargar a participação, ou até nos debates temáticos, realmente não conseguiam no sentido de fazer levar às pessoas a existência daquelas iniciativas. E, portanto, havia ali uma questão de tempo, mas havia igualmente uma questão, provavelmente mais importante, e que era a questão da difusão que estavam ligadas a elas.-----

----- Disse que era sensível àquela questão porque tinha apanhado um táxi até ali, tinha vindo a conversar, e o senhor percebeu que vinha para a Assembleia Municipal e perguntou-lhe se poderia assistir às sessões, e respondeu-lhe que podia assistir e até podia intervir. Portanto, o taxista não tinha conhecimento que poderia intervir na Assembleia Municipal, e com aquele episódio tinha tido uma experiência concreta da falta de difusão de informação.-----

----- Assim, pensava que deveriam dialogar no sentido de construírem algo que fosse realista e razoável, que permitisse que o maior número de pessoas conhecesse a existência daqueles mecanismos de participação e que os utilizasse.-----

----- Não lhe parecia mal a sugestão apresentada pelo Senhor Presidente em exercício, e que era verem, igualmente, em função daquilo que previssem que fosse a vontade de participar dentro das necessidades do tempo da própria Assembleia, dentro dos limites, naturalmente, previstos a participação para as diferentes sessões.-----

----- Disse que poderiam adotar todos os modelos dentro do quadro do Regimento.-----

----- Era um facto que o consenso atual já não existia, mas deviam trabalhar no sentido de uma construção de um mecanismo que fosse razoável, e tendo em conta que não era, somente, uma questão de tempo, era uma questão de difusão das possibilidades e dos mecanismos de intervenção e a forma de os utilizar.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que parte do que iria ali dizer já tinha sido dito pelo Senhor Deputado José Leitão.-----

----- Achava que, por um lado, aquela questão tinha mais a ver com a divulgação daquele instrumento para os cidadãos poderem chegar mais junto daqueles que os representavam mas, também, achava que, por exemplo, se vissem em comparação com as reuniões de Câmara, reuniões públicas, o público falava às seis e meia da tarde. E, ali, tinham vários municípios que enviavam emails a dizerem que era impossível, e que muitas vezes não compreendiam como é que um órgão público tinha o período das intervenções do público à hora de trabalho. Portanto, aquela questão poderia ser resolvida de várias formas, havia Assembleias Municipais que faziam um período no início e gastavam metade do período do público às seis da tarde. Achava que era algo que deveriam refletir e pensarem em conjunto sobre qual seria a melhor metodologia porque, geralmente, o que viam em muitas das intervenções na Câmara, algumas eram aquelas pessoas que iam sempre, mas depois havia, também, novas inscrições, e achavam que tinha muito a ver com o facto das inscrições na Câmara ocorrerem às seis e meia da tarde, e também de ser só uma vez por mês, havia só aquela oportunidade para aquelas intervenções.-----

----- Mas se ali, na Assembleia, pensassem num outro período para além do das quinze horas, para a intervenção do público, poderia ser uma mais-valia.-----



----- O CDS-PP concordava com a proposta do PCP, mas achava que tinham um problema quanto à divulgação, tinham aquela questão do momento de intervenção do público e achava que para as pessoas além de ser incompreensível o horário, poderia dificultar a possibilidade de saírem dos seus empregos para puderem ir ali intervir.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que o PAN acompanhava aquilo que ali já tinha sido referido, não só em relação à questão da necessidade de divulgação, seria muito importante que, de facto, que a população de Lisboa pudesse de alguma forma ter um maior conhecimento daquela ferramenta de participação cidadã. -----

----- E aquela questão que tinha sido levantada pelo Senhor Deputado Diogo Moura parecia-lhe bastante pertinente. A questão do horário poderia, de facto, limitar a intervenção, muito embora por uma agilização dos trabalhos a imprevisibilidade que, algumas das vezes, o decorrer dos trabalhos da própria Assembleia pudesse trazer, não seria de menosprezar pelo menos a possibilidade, nem que fosse de uma vez por mês haver um horário alternativo, ainda que a regra pudesse ser outra, ou seja, de facto havia ali uma necessidade de flexibilizar de alguma forma, a participação das pessoas na Assembleia Municipal porque, acima de tudo, estavam ali para servir os cidadãos, pelo que era muito importante que, de alguma forma, percebessem qual a melhor maneira de flexibilizar aquela possibilidade. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que gostaria de acrescentar um facto que se calhar ali não sabiam, e que tinha a ver com o funcionamento das reuniões públicas de Câmara. A ordem de trabalhos começava efetivamente, às quinze horas, com o PAOD, sendo que a Câmara previa de imediato que às dezoito e trinta iria parar a sua ordem de trabalhos para assim dar lugar às intervenções do público. Aquilo acontecia sempre, sendo que a reunião não acabava àquela hora, tinha continuação. -----

----- Fazia só aquela chamada de atenção para quem não conhecia o funcionamento na Câmara, não tinha que terminar às dezoito e trinta para dar, assim, lugar ao público, poder-se-ia fazer uma suspensão dos trabalhos. Ao mesmo tempo, poderia não ser muito boa ideia porque, daquela forma, poderiam não vir a ter quórum se às seis e meia da tarde não tivessem mais pontos da ordem de trabalhos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que iria abordar a questão das repetições. Realmente, assistia-se, ao longo dos últimos meses, a uma situação que tinha de ser resolvida de outra forma e que era a intervenção sempre da mesma pessoa. Aquela situação tinha de ser assumida de outra forma pela própria Mesa. --

----- Portanto, ter atenção àquilo e ter atenção à abrangência das pessoas que tivessem interesse, para que todos viessem a intervir. -----

----- Quanto à difusão estavam plenamente de acordo o mais possível do que pudessem fazer. E quanto à hora, efetivamente, a lei dizia que era no final de cada reunião que o público intervinha, e aquela situação acontecia desde os primórdios em que, também, tinha iniciado a sua participação, já depois do Palácio das Galveias na Junta de Freguesia de Alvalade, e que tratava-se de um buraco onde estavam seis, sete, oito, nove pessoas



empoleiradas desde as três da tarde até às nove da noite, quando a reunião acabava e aí, sim, iam então fazer a intervenção coisa que já não funcionava porque a maior parte dos deputados estavam candados e saíam. -----

----- Se criassem, ali, uma situação de alteração da hora, aquele caminho era bom, o das seis e meia da tarde. Poderiam estudá-lo. Só que a partir daquela hora, registavam-se muitas saídas, sendo que quando iniciavam uma ordem de trabalhos às vezes pensavam que iria ser muito pesada, mas resolvia-se com alguma facilidade. Noutras situações não se resolvia mesmo, pelo que tinham de continuar. Portanto, teriam que estudar bem aquela situação, tinham de ampliar a participação, não colocar entraves nenhuns à participação, a não ser aquilo que era, obviamente, normal e desejável. -----

----- Mas como tinha dito na primeira intervenção, como se tinha tapado até aos cinco no mandato anterior, obviamente, que se tinha criado uma situação de desespero, de cansaço, de se telefonar e ver que já tinham esgotado as cinco inscrições, enfim, tudo aquilo foi diluindo, foi afastando as pessoas, fazendo-as desistirem. -----

----- Assim, o trabalho teria que ser da Assembleia no sentido de informar as pessoas de que havia condições para poderem participar, e depois dar formas de solução para que pudessem cumprir aquilo que era fundamental, e que era dar a voz à população. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que no seguimento daquela questão da divulgação, de facto, seria interessante apostar-se um pouco mais não só na difusão por via das plataformas *online*, quer do próprio site da AML, quer da própria página que existe nas redes sociais, mas também solicitar a colaboração das Juntas de Freguesia na divulgação para que os munícipes pudessem tomar conhecimento. Talvez fosse aquele o maior desafio que tinham, enquanto eleitos e eleitas, e que era aproximar as pessoas da vida pública e política. -----

----- Independentemente das diferentes posições políticas que ali se encontravam, achava que não poderiam menosprezar tal situação e que aquele era, de facto, um desafio dos tempos modernos em termos de democracia. E se aquela Assembleia pudesse contribuir de alguma forma para aquilo, seria bastante importante que, de alguma forma, aceitassem aquele desafio com a realização de uma campanha para uma maior participação do cidadão por via daquela Assembleia Municipal. -----

----- Em relação a tudo o resto, disse que concordava plenamente, mesmo em relação á possibilidade de se mudar para as dezoito e trinta. Talvez aquela situação desafiasse as pessoas a persistirem um pouco mais na sala, e se priorizasse aquela participação do que muitas vezes, colisões de agenda que pudessem existir. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que em relação à matéria do incremento da divulgação, foram tomadas boas notas das sugestões, e pediu à Luísa Jacobetti para que numa próxima reunião levasse ali já algumas ideias, aquelas que tinham sido ali colocadas em cima da mesa, e outras que ocorressem, para ficarem formalmente em ata, tais como, mecanismos que procurassem aumentar a difusão daquilo que era a possibilidade de os munícipes participarem nas reuniões da Assembleia Municipal. -----



----- Em relação ao conteúdo da matéria, não sabia se o Senhor Deputado Diogo Moura e o Senhor Deputado José Leitão e, também o Senhor Deputado Modesto Navarro, se algum pretendia levar ali alguma proposta à Conferência porque havia ali a ideia, e pensava que aquela já era mais ou menos consensual, de procurarem quando olhavam para o calendário, tendo como base de partida, aquilo que estava plasmado no Regimento, se havia uma outra flexibilidade, mas tinham procurado fixar, atempadamente, e procurar alargar o período de intervenção do público e o número de inscrições. -----

----- Não sabia se pretendiam refletir um pouco em conjunto, sobre aquela questão da hora e do formato, pelo que voltariam a discutir aquela matéria na próxima semana, ou ficaria somente a ideia no ar, perguntou. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** pediu que não fosse feito já aquele à parte do grupo de trabalho, mas que tivessem algum tempo de ponderação. Mesmo ao nível do seu grupo, teria que o ouvir, também. -----

----- Achava que todos deveriam ouvir o que os seus grupos tinham a dizer, e ficariam de trocar impressões, novamente, na próxima Conferência, e logo veriam o caminho a seguir.

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que ficaria assim combinado, e na próxima Conferência traziam as ideias. E se tivessem outras ideias para além daquelas que tinham sido ali apresentadas, faria enriquecer a deliberação. -----

Ponto 2 – Preparação da reunião plenária de 12.02.2019 (doc 2); -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** continuou dizendo que tinham seguido aqueles que eram os pontos pendentes, seguindo-se a questão das declarações políticas e das matérias que estavam pendentes e que eram aquelas que tinham falado, da questão da delegação de competências do município e entre as vinte e quatro freguesias, a proposta do Senhor Deputado Rui Costa que tinham visto ali que não ficava na anterior, ficaria naquela, e tinha indicação da Câmara e, por aquela razão, não tinham colocado ali, que, até ver, aquilo que era a matéria da renda acessível continuaria suspensa porque ainda estava em fase de ponderação sobre aquele que seria o caminho. -----

----- Em relação à matéria do público, se a Conferência entendesse poderiam alargar o número de inscrições para o dia seguinte. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)** informou que os Independentes iriam apresentar um voto de pesar pelo falecimento de uma ativista que tinha falecido. Era um clássico voto de pesar, pelo que teria de ser tratado logo no início. -

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** disse que tinha uma dúvida relativa ao ponto seis, o Debate Temático sobre o Combate à Pobreza e a Estratégia de Redução da População Sem-abrigo. Sobre aquele assunto ainda não tinha percebido se o PSD aceitava, ou não aceitava, que o mesmo fosse, em primeiro lugar, discutido ali, em Conferência, ou se pretendia sujeitar à votação sem mais, perguntou. Referiu que da parte do PS tanto fazia, e que aquela situação não alterava sequer o sentido do voto do PS, o qual seria positivo. No entanto, o PS achava que se tratava de uma quebra de um procedimento que seguiam. -----



----- E achava, também, que aquela Conferência procurava viver na base de criar procedimentos, de criar regras de funcionamento o mais consensuais possíveis. Naturalmente, nem sempre seria possível, e aquele era um procedimento que era sempre seguido. Recordou que, o mesmo, tinha sido seguido pelo PAN, pelo PCP, pelo PS, todos seguiam aquele procedimento. Portanto, aquela era uma forma de intervenção atípica. Não lhes causava qualquer dificuldade, mas não achava que fosse uma forma correta. -----

----- Gostaria de saber se o partido proponente estaria, ou não, disponível para seguir os procedimentos habituais.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que o PSD iria transmitir no momento que chegassem ao respetivo ponto. Como não tinham chegado, não tiveram qualquer informação sobre aquela matéria.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que gostaria de colocar uma questão que na verdade acabaria por se ligar com o próximo ponto e, até de alguma forma, com o ponto anterior porque tinha a ver com a gestão de tempos de intervenção.--

----- E, olhando para a ordem de trabalhos do dia seguinte percebia-se que grande parte daquela ordem de trabalhos tinha transitado da semana anterior, mas a verdade é que antes das declarações políticas, tinham um grelha que, a ser cumprida mais ou menos na totalidade, daria à volta de três horas e depois mais cinco horas de declarações políticas, o que significava que teriam que partir as declarações políticas ou então, inverter a ordem. --

----- O BE entendia que partir as declarações políticas em duas sessões não seria o mais indicado, mas os pontos antes das declarações políticas, e percebia que quisessem discutir aqueles pontos porque eram, precisamente, os que transitaram da reunião anterior, pelo que achava, na verdade, que tinham ordens de trabalho muito extensas, que iriam sucessivamente criar aqueles problemas, o que deveriam todos ali presentes repensar aquele problema sobre de que forma deveriam ter ordens de trabalhos que fossem exequíveis do início até ao fim, e que não criassem problemas, até porque, depois mesmo que fizessem metade declarações políticas numa, e metade noutra, a próxima era ordinária e tinha a informação escrita do Presidente da Câmara, o que acaba por não fazer grande sentido.-----

----- Deixava ali aquela preocupação porque poderia acontecer que no decorrer dos trabalhos tivessem que decidir onde é que parariam, pelo que gostaria de deixar ali o alerta e o que poderiam fazer quanto àquela situação.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que uma das questões que ia colocar tinha a ver com aquela proposta sobre o debate, mas iam aguardar.-----

----- A outra tinha a ver com um voto de pesar que o CDS-PP entregou no âmbito das declarações políticas, o qual achava que poderia ser logo lido no início, e que tinha a ver com as vítimas de violência doméstica e os números alarmantes que vinham a assistir desde o início do ano.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que em relação ao ponto seis, proposta de deliberação do PSD, já se tinha pronunciado na semana passada, e



tinha ouvido outras intervenções, no sentido de ser primeiro ali discutido com base num documento que possibilitasse, à semelhança de outras situações, poderem fazer a discussão, organizá-la, e poderem passar à sua realização. Deveria ser aquele o caminho.---

----- Se o PSD insistisse em manter o ponto seis tal como estava, o que poderia acontecer era que iria empobrecer o futuro daquela situação, ou seja, para uma situação daquelas, tão grave para a cidade, convinha que houvesse uma reflexão conjunta e a criação de condições que procurassem não só discutir, mas também apontar soluções. E para que aquilo acontecesse era necessário amadurecimento, o empenho de todos na preparação de uma iniciativa que tinha imensas responsabilidades, chamando agentes, pessoas especialistas que pudessem ajudar a criar uma situação que fosse, efetivamente, positiva e que apresentassem propostas. -----

----- Naquele sentido, a ideia do PCP era que o PSD deveria levar ali a sua proposta, iniciando assim um processo de preparação. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que já na anterior Conferência de Representantes o PAN tinha manifestado aquela preocupação. De facto, parecia-lhes mais interessante, até pelas diferentes temáticas que ali estavam misturadas na proposta do PSD, e com todo o respeito pela proposta, eram temas totalmente distintos, a pobreza e as pessoas em situação de sem-abrigo, ainda que a pobreza fosse transversal em alguns dos casos das pessoas em situação de sem-abrigo, seria muito interessante que a Conferência pudesse dar os seus contributos para enriquecer aquele debate que era fundamental para a cidade, para a qualidade de vidas das pessoas na cidade, e para combaterem as desigualdades. -----

----- Disse que poderiam averiguar junto do PSD que aquele ponto fosse retirado e fosse ali à Conferência de Representantes para depois, ser apresentado à Assembleia até porque do ponto de vista do Regimento era assim que estava prevista a apresentação de um debate temático. -----

----- O PAN não iria votar contra um debate daquela natureza, mas seria importante debatê-lo, em primeiro lugar, ali na Conferência de Representantes. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que iriam transmitir a opinião unânime ao PSD. -----

----- Em relação às ordens de trabalho disse que tinham razão, daí ter inventado a hipótese. Há uns tempos, que lhe parecia que tinham que ter uma outra reunião extraordinária, mas que a Conferência tinha achado que era cedo para pensarem naquela questão. -----

----- Estavam a ter um problema, sobretudo, na articulação das comissões, dos trabalhos e dos *timings*. -----

----- Uma vez, ou outra, tinha achado que não havia matéria suficiente, pelo que tinham decidido não realizar outra sessão. Mas depois, de facto, as propostas caíam em catadupa, as da Câmara, as dos partidos, as que decorriam das comissões, e estavam, por isso, com ordens de trabalhos muito extensas, e arriscavam que várias se resolviam sem que se esgotasse o tempo. -----



----- Pediu que aquele assunto fosse resolvido ali, em conjunto. -----

----- Em relação à reunião do dia seguinte, iam esperar que nos primeiros pontos não fossem consumidos todos os tempos de todos os partidos, e em todos os pontos da ordem de trabalhos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** referiu que gostaria de reforçar o que a Senhora Deputada Isabel Pires tinha dito, já que se tratava igualmente de uma preocupação do PEV. -----

----- Se já tinham somado todos os tempos da ordem de trabalhos exceto o ponto oito, referente às declarações políticas, constatariam que na melhor das hipóteses duraria no mínimo três horas, mais concretamente, três horas e vinte e um minutos. Fora as leituras de votos, as leituras de correspondência, fora a meia hora de atraso tal como tinha acontecido na última terça-feira, em que a sessão tinha começado às três e meia da tarde, o que significava que as declarações políticas nunca começariam antes das dezoito, ou dezoito e trinta, sendo que se tratava de uma sessão de cinco horas. -----

----- “Os Verdes” não concordavam que as declarações políticas fossem partidas a meio, metade numa sessão, metade numa outra sessão. E com votações de moções e recomendações também não se sabia para quando. -----

----- Pediu que olhassem para o calendário embora fosse o ponto seguinte. -----

Ponto 3 - Atualização do Calendário (doc 3); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** continuou dizendo que o que iriam ter nas próximas sessões era uma sessão ordinária e uma sessão de continuação daquela, seguiam-se, de acordo com o calendário que tinham disponível, duas sessões de debate, seguiam-se as perguntas à Câmara e o debate de atualidade e, estavam de novo, com declarações políticas. Ora, ou se obtinha ali consenso na Conferência de Representantes como é que seria gerida aquela sessão de declarações políticas da reunião do dia seguinte, com previsão de cinco horas, ou o PEV não concordava que a mesma fosse partida a meio, com declarações de grupos municipais que iriam continuar, provavelmente, dali a três semanas, com votações de moções, recomendações, não sabiam para quando, portanto, precisavam que houvesse ali um consenso relativamente àquela matéria. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que na sequência do que tinha dito o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes, que aquele tinha toda a razão, não fazia muito sentido estar a partir em dois as declarações políticas. -----

----- Não tinha ali informação relativa às datas em que o Senhor Presidente poderia estar presente. Não sabia se seria a dezanove, ou vinte e seis. Sendo a vinte e seis, sugeriu que a sessão ordinária passasse para vinte e seis, e teriam o PAOD e a Informação Escrita do Presidente, e passariam as declarações políticas para dia dezanove. E começariam com as declarações políticas, até porque já tinham, também, petições com pareceres aprovados, dando hipóteses para poderem apresentar outros documentos para as declarações políticas, ou aqueles que já tinham sido entregues, ou poderiam substituí-los. -----



----- Apenas queria deixar aquela sugestão uma vez que na reunião do dia seguinte seria impossível. Até porque tinham uma proposta no último ponto da ordem de trabalhos, não diria que fosse urgente, mas as próprias Juntas de Freguesia deveriam ter todo o interesse que a mesma fosse discutida na reunião do dia seguinte, e votada.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** disse que era sensível à intervenção, quer do Deputado Sobreda Antunes, quer do Deputado Diogo Moura, efetivamente, parecia-lhe que fosse mais prudente não iniciar as declarações políticas na reunião do dia seguinte. -----

----- Estava de acordo com a proposta do Deputado Diogo Moura. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que não fazia sentido ao PAN que as declarações políticas fossem partidas, por um lado, e por outro, não fazia sentido que todas as forças políticas, depois de terem enviado as recomendações, votos e moções, que a mesma não se realizasse. Faria mais sentido adiar a grelha. -----

----- Disse que se olhassem para aquelas propostas, quatro propostas do PSD perfaziam duas horas, naquele caso estariam perante duas horas e meia, eventualmente, se necessário marcarem uma sessão para quinta-feira. As declarações políticas de alguma forma traduziam atualidade daquilo que se passava. -----

----- Todos tinham feito um esforço no sentido de apresentarem a tempo e horas, os documentos, pelo que não fazia sentido adiar as declarações políticas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beauvink (PPM)** referiu que por motivos de saúde não iria estar presente na reunião do dia seguinte.-----

----- Pensava que aquilo que tinha sido, ali, abordado relativamente às declarações políticas não fazia sentido nenhum que as mesmas fossem partidas. -----

----- Disse que tinham uma quantidade elevada de propostas que também não podiam ficar pendentes por muito mais tempo, e como era normal fazerem sessões extraordinárias à quinta-feira, deixava a sugestão para que as declarações políticas passassem para quinta-feira, mantendo os documentos já entregues no âmbito das declarações políticas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que o PCP não via inconveniente que as declarações políticas passassem para dia dezanove.-----

----- Disse que era complicado estarem a organizar uma Assembleia para quinta-feira, sendo que o tempo não seria preenchido na totalidade uma vez que as declarações políticas iriam até às cinco, seis horas da tarde, e perderiam um tempo. -----

----- Era melhor, então, despacharem o que tinham para despachar, e que já vinha de uma, duas sessões atrás, e fazer as declarações políticas no início do dia dezanove, com tempo e com eficácia.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que o BE concordava com a proposta que tinha sido apresentada relativamente ao dia dezanove. Também, o BE já tinha apresentado os seus documentos, sendo que parecia-lhes mais viável manter a regra das terças-feiras o máximo possível. Far-se-ia, por isso, no dia dezanove e passariam a sessão ordinária para dia vinte e seis, sendo aquela a forma mais razoável. -----



----- Referiu, também, que se existisse alguma petição que pudesse ser incluída na grelha da reunião do dia seguinte, não a chocava. -----

----- A reunião do dia dezanove ficaria com as declarações políticas e petições que já estivessem prontas, sendo que daquela forma far-se-ia uma gestão do tempo mais razoável.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** referiu que o PEV concordava com o que já tinha sido sugerido pelo Senhor Deputado José Leitão, pelo Deputado Modesto Navarro e, também, pela Senhora Deputada Isabel Pires, sendo que a sessão ordinária seria no dia vinte e seis, e aquela continuação ser no dia dezanove. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que iriam fazer avançar todos os pontos da ordem de trabalhos, e depois logo se veria. Se chegassem à hora e vissem que não haveria possibilidade de abrir e concluir, passaria para dia dezanove, conforme programado, e passando a ordinária para dia vinte e seis. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** disse que gostaria, apenas, de clarificar se naquele caso a documentação que tinha sido entregue seria toda distribuída para a sessão, tal qual, como se fosse para a reunião do dia seguinte, pelo que não haveria novo prazo para ninguém entregar documentos. Quem entregou já documentação para as declarações políticas, entregou, quem não entregou....pediu que aquela questão fosse clarificada.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que iriam distribuir. Se por acaso, chegassem à reunião do dia seguinte, ou fossem retiradas propostas, ou fossem as mesmas discutidas rapidamente, também ficaria mal acabarem a sessão às cinco da tarde. -----

----- Iriam distribuir a documentação, dando a possibilidade, já que era previsível passar para dia dezanove, quem quisesse atualizar poderia fazê-lo. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que mesmo num possível cenário pelas cinco da tarde pudessem ter a primeira parte toda despachada, a verdade é que começando as declarações políticas às cinco da tarde continuavam a não ter o tempo suficiente. -----

----- Portanto, achava melhor definirem tudo ali naquele momento, que as declarações passariam para dia dezanove.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que era uma questão de direito das forças políticas. Não iriam mudar coisa nenhuma, poderiam atualizar. Mas poderia haver uma outra força política ali representada que não tivesse apresentado documentos e com o adiamento de uma semana, tivesse aquela possibilidade de apresentar. Achava que aquela possibilidade deveria ficar em aberto. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que em relação ao calendário era aquele que tinha sido fixado ali, com aquele ajuste que tinham acabado de consensualizar. -----

Ponto 4 – Debate Temático “Lisboa e os Animais: Os desafios da sociedade atual” (PAN);-----



----- **O Senhor Presidente em exercício** continuou dizendo que em relação em articular com o gabinete do Senhor Vereador a presença do mesmo, nos dias vinte e um ou vinte e oito de março no que respeitava à segunda sessão. -----

----- Disse que o mais prático seria colocarem o Senhor Vereador Duarte Cordeiro para o dia vinte e oito de março. -----

----- Era mais fácil terem o dia vinte e oito e o sete de março tal como já estava consensualizado. E se o Senhor Vereador estava disponível para o dia vinte e oito. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** disse que em relação ao ajuste da data, eventualmente, confirmar com o Senhor Vereador se não era possível o mesmo comparecer a vinte e oito de fevereiro. Como iriam ter o debate da atualidade no dia doze de março, era para não subcarregar a Assembleia Municipal com debates.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que se o Senhor Vereador Duarte Cordeiro pudesse a vinte e oito de fevereiro, mantinham o dia vinte e oito e o dia sete de março. Se ele não pudesse, mantinham-se as datas sugeridas, dias sete e vinte e um de março. -----

----- Em relação aos outros convidados, às sugestões, moderadores... -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** disse que tinha enviado uma sugestão que tinha a ver com a CNF com a possibilidade de participação, até porque não sabia se tinham presente, até porque tinha decorrido o PET Festival e uma ação de fiscalização, tendo sido apreendidas espécies cuja detenção era proibida, e achava que era enriquecedor acrescentarem aquele orador. -----

----- Compreende que provavelmente, seria necessário ali um ajuste em relação aos oradores convidados, distinguindo de alguma forma em relação a quem tinha cinco minutos, mas não sabia. E como já tinham ali vários médicos veterinários teria que haver ali a anuência do PCP. -----

----- Houve quem sugerisse, também, um médico veterinário Dr. Bruno Rolo, não sabia o tema em concreto que o mesmo iria falar, mas deixaria à consideração a possibilidade de haver uma troca. -----

----- Havia os oradores que iriam falar dez minutos. E as entidades convidadas que iriam falar cinco minutos, gostaria de saber o tema porque lhes parecia relevante que o CNF pudesse marcar presença de forma mais destacada. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que sabia que o PAN era o partido proponente, mas tendo já apresentado quatro oradores e estar a pedir a outro partido para retirarem, era mais fácil que o PAN, dos quatro oradores que apresentou, ver qual poderia prescindir para poder, então, colocar outro orador. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** respondeu que o PAN tinha proposto entidades independentes e apartidárias. Portanto, não tinham proposto ninguém relacionado sequer, nem com o PAN, nem com qualquer tipo de conotação política. -----

----- Como podiam verificar, todas as entidades tinham sido indicadas daquela forma. -----

----- Como naquele caso em concreto, parecia-lhes de facto que era uma indicação político partidária e não, de facto, um contributo, era naquele sentido que estavam a questionar,



obviamente, colocando no poder discricionário da força política dispor qual o motivo, ou não, que convidou aquela personalidade.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que podia ficar para as entidades convidadas e não nos oradores convidados.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que era apenas para dar indicação que, relativamente àquele debate, quanto às datas em discussão, uma e outra parecia-lhes bem conforme a disponibilidade do Senhor Vereador.-----

----- Apenas dar indicação que o BE tinha enviado naquele dia, já com atraso, se pudessem ser considerados, ainda, para as entidades a convidar. Sabiam que tinham entrado com atraso, deixava por isso á consideração.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que ao longo dos anos o PCP propunha nomes, sendo que o que procuravam, em primeiro lugar, era a competência.-----

----- O que nunca colocavam em cima da mesa, porque democraticamente seria um erro profundo que se pagaria mais caro, muito mais tarde pagar-se-ia mais caro, o ser apartidário, ou não ser apartidário. Aquela era uma palavra que não deveria ser ali usada entre os presentes, exatamente, pelo respeito para com um sistema político que, finalmente, tinha ultrapassado o partido único, e pela importância de haver partidos, de haver movimentos, de haver representações diversas na sociedade portuguesa.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que as sugestões ali levadas e aquelas que tinham entrado fora do prazo iam para as entidades convidadas.-----

----- E o Pedro iria gerir as datas, procurando ter a resposta naquele dia, por parte do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, ou no máximo até ao dia seguinte, para que as datas ficassem definidas.-----

Ponto 5 – Lista de matérias e assuntos pendentes (doc 4);-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que a Petição nº 8/2018 ia fazer no mês seguinte um ano, e o seu parecer já se encontrava pronto e entregue para ver se conseguiam despachar de uma vez por todas aquele assunto. Tinha sido enviado na passada sexta-feira para ser distribuído.-----

----- Na qualidade de secretário da comissão, pediu a intervenção do Senhor Presidente em exercício no que respeitava às petições números 15/2018, 22/2018, 30/2018 e 34/2018. Já desde novembro que pediam informações à Câmara sobre aquelas petições, e não podiam avançar com os pareceres, ou com os relatórios, nem com as audições, porque não tinham documentação nenhuma. Portanto, todas aquelas petições estavam paradas desde aquela altura.-----

----- Naquela manhã, tinha enviado um *email* aos serviços, e também dirigido ao Senhor Presidente em exercício no sentido de, mais uma vez, insistirem com a Câmara porque enquanto não tivessem aquela documentação não se realizariam audições. Foi o que tinha ficado decidido.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva não estava ali presente, mas estava o seu representante que tomou boa nota sobre



aquele assunto. E se tinham dirigido um *email* formal, o mesmo seria encaminhado à Câmara.-----

----- Comunicou que nem a Conferência, nem a Mesa, pretendiam cortar a autonomia das comissões e as deliberações que tomavam. -----

----- Por outro lado, alertou que deveriam refletir sobre aquilo, e não querendo cortar o pensamento a ninguém, mas achava que estavam a prejudicar aquilo que era o direito dos peticionários, pelo que deveria ser equacionado um equilíbrio entre a voz dos peticionários ser ouvido no Plenário, e a não resposta. Ou seja, era mais prático levar a petição a Plenário, informando que a Câmara não tinha respondido, ou que não tinha fornecido a documentação solicitada. -----

----- Mas cada comissão era uma comissão. Havia umas que tinham avançado, outras em que já tinha ido a Plenário relatórios a dizer que a Câmara não tinha respondido, ou não tinha respondido, devidamente, ou que o Vereador se tinha feito substituir nas audições. --

----- Referiu que aquelas petições que já estavam concluídas tinham de ser agendadas. -----

----- A Câmara já estava avisada que teria de enviar a documentação que tinha sido solicitada.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que estavam a falar de situações como a Petição nº 8/2018, em que não havia uma resposta.-----

----- Em relação às Petições números 30/2018 e 34/2018, que tinha a ver com o Elevador de Santa Catarina, mais conhecido por Adamastor, tinham pedido o projeto que não tinham, mas os peticionários tinham o projeto que lhes tinha sido entregue pelo Presidente da Câmara, e naquela semana o Presidente da Câmara iria apresentar o projeto, sendo que continuavam sem o ter. -----

----- Faziam audições para falarem sobre uma coisa, em que os peticionários diziam que era uma coisa, outros peticionários diziam que era outra, tinham de ter dados mais concretos tendo em conta que a Câmara iria fazer uma apresentação pública do projeto, achava que não fazia sentido estarem sem aquela informação, sendo que a mesma era necessária para poderem diligenciar no sentido de poderem avançar com os trabalhos. -----

----- Por outro lado, disse que todas aquelas petições aguardavam audição do Senhor Vereador Manuel Salgado, ou quem a Câmara entendesse. Se o Senhor Vereador viesse e falasse de todas, a questão ficava resolvida. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que deviam organizar, em relação às petições, e com as comissões as datas possíveis, comunicá-las à Câmara. Naquela perspetiva tinham que, obviamente, respeitar a Câmara, colocá-la perante a situação em que a Câmara poderia decidir, e se não respondesse era porque não queria mesmo participar. -----

----- Também tinham responsabilidades perante os peticionários, pelo que valeria a pena fazer aquele apanhado com aquela situação e fazerem uma informação clara à Assembleia, aos peticionários e à Câmara Municipal sobre as datas a organizar. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que cada comissão era uma comissão, ou seja, o que lhes competia era procurar sensibilizar a Câmara para responder em tempo, e



mandar os documentos e disponibilizar os Vereadores. Mas achava que as comissões também tinham que fazer as suas diligências, até porque muitas vezes os Vereadores eram os mesmos e a Câmara era a mesma, e havia uns que andavam mais depressa, e outros andavam menos. -----

----- Se olhassem para aquela lista que tinham, viam que a informação tinha sido disponibilizada com notas, comentários e diligências feitas, para que o modo fosse transparente. -----

----- Informou que em relação à Câmara iriam fazer aquilo, e que poderiam articular com os Presidentes de Comissão, mas não se podiam substituir aos Presidentes e às Comissões, portanto, cada um com a sua função. -----

----- Achava que a única coisa que poderiam passar a fazer era quando admitiam a petição podiam passar a oficiar a Câmara, imediatamente, dizendo que a documentação que tivesse sobre aquela matéria se a mesma poderia ser logo remetida à Assembleia. Era o que lhe ocorria para poder ganhar algum tempo e para haver logo uma diligência por parte da Mesa. Mas não podiam obrigar a Câmara a enviar logo os documentos. -----

----- Por isso, dizia que cada comissão teria que avaliar os três vetores que estavam em discussão, que era o direito dos peticionários serem ouvidos em tempo útil sobre as matérias, o debate informado e a decisão informada do que a comissão pretendia fazer e depois a parte prática da realidade e que era o que é que acontecia no terreno com as matérias objeto de petição. Porque, às tantas, ficavam ali tanto tempo, que já se esgotavam por si próprias. Quando iam a Plenário já a coisa estava resolvida. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que gostaria de realçar ali a responsabilidade da Assembleia perante os peticionários. E se deixavam passar meses estavam a desacreditar a própria Assembleia. Era sobre aquilo que teriam de se debruçar, de cuidar. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que sobre aquela parte, concordava. Daí nas comissões onde já tinha opinado a determinada altura se a Câmara não respondesse, não fornecia a documentação, a comissão deveria avançar. E depois, quando chegasse ao Plenário, com toda a certeza a Câmara acabaria por opinar sobre aquelas matérias. -----

----- Não era só na Assembleia Municipal que aquilo acontecia. Na Assembleia da República havia alturas em que os governos colaboravam muito, noutras colaboravam mais ou menos, e outras em que não resolviam as situações. E a determinada altura os relatórios eram feitos a dizer que os governos não respondiam, não disponibilizavam os documentos, enfim, tinha de haver um equilíbrio. -----

Ponto 6 – Gravação áudio da 28ª Conferência de Representantes – PSD; -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que sobre aquele assunto e depois de pesquisar o histórico, mas usando a expressão do Senhor Deputado José Leitão, que os consensos valiam até ao momento em que eram consensos. E quando deixavam de se verificar, ou deixam de se verificar, ou eram novos consensos que teriam de ser procurados. -----



----- A razão histórica da gravação da Conferência de Representantes, o consenso que tinha sido estabelecido é que era exclusivamente para efeitos dos serviços elaborarem a ata de um modo fidedigno. E que, depois de ser feita a ata que validava aquilo que eram as deliberações que consensualmente se faziam, que aquelas gravações eram destruídas em razão de toda a gente poder falar ali com mais liberdade que não falaria nas sessões do Plenário.-----

----- O único precedente em que tinha sido feito um pedido foi levado á Conferência de Representantes, foi explicado aquele entendimento, manteve-se o entendimento, e o partido que tinha solicitado a gravação tinha desistido daquela gravação. -----

----- Ainda sobre aquela matéria, e de uma forma mais pessoal, disse que tinha tido oportunidade, mas aguardava resposta, depois de ter convidado o Senhor Deputado Luís Newton para conversarem sobre o incidente, dizendo-lhe que da sua parte as coisas tinham sido ditas, e para si o contador estava a zero, e que a Conferência ganharia com aquilo. Mas que, ainda, estava à espera da resposta do PSD, se poderiam conversar para poderem ultrapassar o incidente.-----

----- Dito aquilo, e da perspetiva puramente pessoal, não tinha objeção nenhuma a que a Conferência de Representantes pudesse alterar o entendimento de que já estava feito e pudesse fornecer a gravação, exclusivamente, do ponto de vista pessoal, uma vez que tinha sido envolvido na discussão com o Deputado referido. Já do ponto de vista institucional, era outra conversa mas guardava opinião para si mesmo.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que lamentava profundamente a saída do representante do Grupo Municipal do PSD da Conferência de Representantes e o seu não regresso, porque era necessário que todas as forças políticas estivessem representadas, e aquela situação vinha fragilizar e enfraquecer o trabalho de todos. -----

----- Referiu, também, que aquilo que um representante e uma força política tinham direito era às atas, as atas elaboradas pelo serviço para que assim pudessem analisar, alterar, etc. -----

----- Era naquele sentido que se pronunciava, facultando ao interessado a matéria por escrito, a ata propriamente dita. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** disse que lamentava que aquela situação tivesse chegado àquele ponto. Esperava que daquela troca de impressões entre o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, naquele momento a exercer as funções de Presidente da Assembleia, e o Senhor Deputado Luís Newton, houvesse possibilidade de evolução e, conhecendo as pessoas, que provavelmente era o que iria acontecer. -----

----- Fora daquilo, pensava que deveriam ter alguns modos de procedimento. Não deveriam logo após alguma divergência, subverter o modo de funcionamento daquele órgão. Só porque tinha havido uma discussão sobre um qualquer ponto, passariam a outra forma de funcionar, achava mal. -----

----- O que realmente vinculava o que era dito naquele órgão eram as atas, por isso eram aprovadas. Caso contrário, seriam inúteis. -----



----- Disse que não tinha feito qualquer alteração às atas, mas reservava o direito de entender que alguma coisa não tinha sido bem transcrita.-----

----- Referiu que tinha o mesmo entendimento que o Senhor Deputado Modesto Navarro, deveriam aprovar aquela ata da reunião com a maior brevidade possível, sendo a mesma aquilo a que qualquer partido tinha direito.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que para não protelar muito mais, não lamentava, nem deixava de lamentar, não tinha estado presente na referida reunião, pelo que não iria tomar parte de nenhuma das várias versões que já tinha ouvido.-----

----- Tratava-se de um episódio que deveria ser arrumado, de vez.-----

----- Mas relativamente àquela questão das atas e dos registos áudio, disse que os registos áudio no âmbito da Conferência de Representantes só serviam para poderem ajudar os serviços na elaboração das atas de forma mais factual. E a partir do momento que as atas eram elaboradas, aqueles registos deveriam ser destruídos. E deveriam partir do princípio que aqueles registos não deveriam ser utilizados externamente àquele uso, a elaboração das atas, e a partir do momento em que um qualquer partido o solicitasse, deveriam colocar aquela questão ali na Conferência de Líderes, pois achava que a partir do momento que houvesse uma pessoa que tivesse participado naquela reunião e que houvesse uma intervenção daquela pessoa e a mesma não quisesse, não deveria ser dada a ninguém. Bastava uma pessoa opor-se para que não fosse dado, partindo do princípio que nunca deveria ser dado.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que iria continuar a fazer esforços no sentido de ultrapassar a questão com o Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- Iria, igualmente, transmitir a opinião dos presentes sobre aquele pedido.-----

----- E iria pedir aos serviços para fazer a ata da reunião com a maior brevidade possível.--

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante:-----

----- Doc 1 – Período de Intervenção aberto ao público.-----

----- Doc 2 - Preparação da reunião plenária de 12.02.2019.-----

----- Doc 3 – Atualização do Calendário.-----

----- Doc 4 – Lista das matérias e assuntos pendentes.-----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício deu por encerrada a reunião pelas quinze horas e cinquenta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

O Presidente em exercício _____

A Primeira Secretária em Exercício _____

A Segunda Secretária _____